

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2013 A DEZEMBRO/2013

ANEXO II DA PORTARIA Nº 2, DE 28 DE JANEIRO DE 2014

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a-b)	R\$ 1.00
0100- Recursos Ordinários	121.735.018,08	31.959.989,00	89.775.029,08	
0150 - Recursos Não Financeiros Diret. Arrecadados	958.786,58	-	958.786,58	
0195- Doações de Entidades Internacionais	212.500,00	-	212.500,00	
0300- Recursos Ordinários	8.902,69	3.181,27	5.721,42	
TOTAL DOS RECURSOS DETALHADOS POR DEST. DE RECURSOS (I)	122.915.207,35	31.963.170,27	90.952.037,08	
OUTRAS CONTAS BANCÁRIAS - CAUÇÃO	47.826,92	47.826,92	-	
TOTAL DOS DEMAIS RECURSOS (II)	47.826,92	47.826,92	-	
TOTAL (III) = (I + II)	122.963.034,27	32.010.997,19	90.952.037,08	
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	-	-	-	

FONTE: SIAFI - DEMONSTRAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES

Nota 1: A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2013 A DEZEMBRO/2013

ANEXO III DA PORTARIA Nº 2, DE 28 DE JANEIRO DE 2014

RGF - ANEXO VI (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b") R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos (Processados)		Empenhados e Não Liquidados (Não Processados)			
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
0100 - Recursos Ordinários	15.150,41	559.802,70	3.805.238,00	73.104.204,36	89.775.029,08	
0150 - Recursos Não Financeiros Diret. Arrecadados					958.786,58	
0195 - Doações de Entidades Internacionais			3.181,27	212.500,00	212.500,00	
0300 - Recursos Ordinários				5.721,42	5.721,42	
TOTAL DOS RECURSOS DETALHADOS POR DEST. DE RECURSOS (I)	15.150,41	562.983,97	3.805.238,00	73.322.425,78	90.952.037,08	
TOTAL DOS DEMAIS RECURSOS (II)	-	-	-	-	-	
TOTAL (III) = (I + II)	15.150,41	562.983,97	3.805.238,00	73.322.425,78	90.952.037,08	
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	-	-	-	-	-	

FONTE: SIAFI GERENCIAL

Nota : 1- A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2013 A DEZEMBRO/2013

ANEXO IV DA PORTARIA Nº 2, DE 28 DE JANEIRO DE 2014

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	30.150.840,85	0,004596%
Limite Máximo (incisos I, II, III, art. 20 da LRF) - 0,017000%	111.536.017,06	0,017000%
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 0,016150%	105.959.216,21	0,016150%
Limite Alerta (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 0,015300%	100.382.415,35	0,015300%
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	77.127.663,78	90.952.037,08

SÉRGIO JOSÉ AMÉRICO PEDREIRA
Diretor-GeralSALATIEL GOMES DOS SANTOS
Secretário de Controle InternoWERNNE PEREIRA E SILVA
Secretário de Orçamento e Finanças

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

PORTARIA Nº 55, DE 29 DE JANEIRO DE 2014

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no § 6º do artigo 39 da Constituição Federal, na Resolução nº 515, de 2 de janeiro de 2014, do Supremo Tribunal Federal e no artigo 6º da Resolução nº 14/2006, do Conselho Nacional de Justiça, resolve:

Tornar públicos, conforme Anexos I a V, os valores das gratificações eleitorais de membros da Magistratura e do Ministério Público, das remunerações dos cargos efetivos, dos cargos em comissão e das funções comissionadas dos servidores da Justiça Eleitoral.

Min. MARCO AURÉLIO

ANEXO I

GRATIFICAÇÕES ELEITORAIS
(Lei nº 8.350/1991, Lei nº 11.143/2005 e Resolução-STF nº 515/2014)

Gratificação de Presença (JETON)	Por Sessão (R\$)
Membros do TSE e Procurador-Geral Eleitoral	883,87
Membros do TRE e Procurador Regional Eleitoral	797,69
Gratificação Mensal (R\$)	
Juiz Eleitoral e Promotor Eleitoral	4.041,63

ANEXO II

TABELA DE REMUNERAÇÃO DOS CARGOS EFETIVOS
(Lei nº 11.416/2006 com alteração dada pela Lei nº 12.774/2012)

Cargo	Classe	Padrão	Vencimento	Vigência			
				De 1º/1 a 31/12/2014		A partir de 1º/1/2015	
				GAJ (75,2%)	Remuneração	GAJ (90%)	Remuneração
Analista Judiciário	C	13	6.957,41	5.231,97	12.189,38	6.261,67	13.219,08
		12	6.754,77	5.079,59	11.834,36	6.079,29	12.834,06
		11	6.558,03	4.931,64	11.489,67	5.902,23	12.460,26
		10	6.367,02	4.788,00	11.155,02	5.730,32	12.097,34
		9	6.181,57	4.648,54	10.830,11	5.563,41	11.744,98
		8	5.848,22	4.397,86	10.246,08	5.263,40	11.111,62
	B	7	5.677,88	4.269,77	9.947,65	5.110,09	10.787,97
		6	5.512,51	4.145,41	9.657,92	4.961,26	10.473,77
		5	5.351,95	4.024,67	9.376,62	4.816,76	10.168,71
		4	5.196,07	3.907,44	9.103,51	4.676,46	9.872,53
		3	4.915,86	3.696,73	8.612,59	4.424,27	9.340,13
		2	4.772,68	3.589,06	8.361,74	4.295,41	9.068,09
		1	4.633,67	3.484,52	8.118,19	4.170,30	8.803,97
Técnico Judiciário	13	4.240,47	3.188,83	7.429,30	3.816,42	8.056,89	
	12	4.116,96	3.095,95	7.212,91	3.705,26	7.822,22	
	11	3.997,05	3.005,78	7.002,83	3.597,35	7.594,40	
	10	3.880,63	2.918,23	6.798,86	3.492,57	7.373,20	
	9	3.767,60	2.833,24	6.600,84	3.390,84	7.158,44	
	8	3.564,43	2.680,45	6.244,88	3.207,99	6.772,42	
	7	3.460,61	2.602,38	6.062,99	3.114,55	6.575,16	

